

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

OTILIA MARIA SOARES MAIA

**UTILIZAÇÃO DE MEDICAÇÃO PSICOTRÓPICA POR PRESIDÁRIAS: UMA  
REVISÃO INTEGRATIVA**

Juazeiro do Norte – CE

2019

OTILIA MARIA SOARES MAIA

**UTILIZAÇÃO DE MEDICAÇÃO PSICOTRÓPICA POR PRESIDÁRIAS: UMA  
REVISÃO INTEGRATIVA**

Monografia apresentada à Coordenação  
Curso de Enfermagem do Centro  
Universitário Doutor Leão Sampaio, em  
cumprimento às exigências para a  
obtenção do grau de Bacharelado em  
Enfermagem.

**Orientador:** Prof. Esp. Tonny Emanuel  
Fernandes Macêdo.

Juazeiro do Norte – CE

2019

OTÍLIA MARIA SOARES MAIA

**UTILIZAÇÃO DE MEDICAÇÃO PSICOTRÓPICA POR PRESIDÁRIAS: UMA  
REVISÃO INTEGRATIVA**

Monografia apresentada à Coordenação  
Curso de Enfermagem do Centro  
Universitário Doutor Leão Sampaio, em  
cumprimento às exigências para a  
obtenção do grau de Bacharelado em  
Enfermagem.

**Orientador:** Prof. Esp. Tonny Emanuel  
Fernandes Macêdo.

Data da aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Esp. Tonny Emanuel Fernandes Macêdo  
Orientador

---

Prof. Esp. Shura do Prado Farias Borges  
1º Examinador

---

Prof. Esp. Aline Morais Venancio Alencar  
2º Examinador

## RESUMO

O sistema prisional é uma forma punitiva que acarreta danos mentais psicoemocionais nos indivíduos que a ele são submetidos, conduzindo o prisioneiro à terapia com o uso de medicamentos psicotrópicos. O consumo tem aumentado notadamente especialmente os antidepressivos, haja vista melhora nos diagnósticos de transtornos psiquiátricos. O presente estudo tem como objetivo principal analisar produção científica concernente ao uso de medicamentos psicotrópicos em unidades prisionais femininas. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, para qual utilizou-se as bases de dados MEDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), BDENF – Enfermagem (Base de Dados de Enfermagem) e Index Psicologia – Periódicos Técnicos-Científicos, através do Portal Regional da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), e nos diretórios da revista SciELO (Scientific Electronic Library Online). A pesquisa eletrônica foi realizada em novembro de 2019. Por meio da busca foram identificados 169 arquivos, dos quais, após sujeição aos critérios de elegibilidade estabelecidos previamente, obtiveram-se 19 artigos. Por conseguinte, com a leitura dos artigos correspondentes, selecionou-se 10 artigos, registrando-os em ficha padronizada, anotando dados que mencionavam aspectos relacionados ao tema principal e que respondessem aos objetivos propostos inicialmente. Foram identificados estudos com a finalidade de identificar a utilização de medicamentos psicotrópicos pela população carcerária feminina, sinalizando uso de forma desordenada, sem acompanhamento adequado dos profissionais de saúde, nem tampouco associação de terapias adicionais ao tratamento. Verificou-se que a depressão foi apontada como o transtorno mais comum, servindo de alerta para profissionais de saúde, assistentes sociais, gestores do poder público vinculados à economia. Os estudos mostram que a assistência de enfermagem é de extrema relevância nos serviços de saúde, mas no sistema carcerário é deficitária, encontrando barreiras operacionais e assistenciais, não contemplando a prevenção e a promoção da saúde. Nesse cenário, compreende-se a necessidade do engajamento dos profissionais atuantes em unidade prisional, seja agente, gestor, ou profissional de saúde para melhoria da prestação do serviço. Convida-se ainda os acadêmicos de saúde e futuros profissionais, para o envolvimento e compromisso com a população carcerária, garantindo a estes o direito pleno e de qualidade à saúde.

**Palavras-chave:** Mulheres. Prisões. Saúde.

## ABSTRACT

The prison system refers to a punitive form believed to cause psycho-emotional mental damage in the individuals who undergo it, leading the prisoner to therapy with the use of psychotropic drugs. Consumption has increased markedly, especially antidepressants, given the improvement in diagnoses of psychiatric disorders. This study aims to analyze scientific production concerning mental health in prisons. This is an integrative literature review, using the databases MEDLINE (International Literature on Health Sciences), LILACS (Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences), BDENF – Nursing (Database Nursing Data) an Index Psychology – Technical-Scientific Journals, through the VHL Regional Portal (Virtual Health Library), and in the directories of the journal SciELO (Scientific Eletronic Library Online). The electronic search was performed in November 2019. Through the search, 169 files were identified, from which, after subjecting to the previously established eligibility criterion, 19 articles were obtained. Therefore, after reading the corresponding articles, 12 articles were selected, registering them in a standardized form, noting data that mentioned aspects related to the main theme and that responded to the objectives initially proposed. Studies were identified with the purpose of identifying the use of psychotropic drugs by female prison population, signaling their use in a disorderly manner, without proper monitoring by health professionals, not the association of additional therapies with treatment. The percentage of use in prison surpasses the consumption of the general population. Depression was found to be the most PPLs will at some point be serving as a warning for health professionals, social workers, government managers linked to the economy. This because it is understood that most PPLs will at some point be serving their sentences and leaving the prison system, and lack of attention to this issue is worrying, since such people will be actively part of society, the labor market, managing their families, sharing marital relationships. Studies show that nursing care is extremely relevant in health services, but in the prison system is deficient, finding operational and care barriers, not including prevention and health promotion. In this scenario, it is understood the need for engagement of professionals working in prison, whether agent, manager, or health professional to improve service delivery. Health academics and future professionals are also invited to the involvement and commitment to the prison population, guaranteeing them the full and quality right to health.

**Keywords:** Women. Prisons. Health.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
HCTP	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
D.C.	Depois de Cristo
EABP	Equipe de Atenção Básica Prisional
ESF	Estratégia de Saúde da Família
HAS	Hipertensão Arterial Sistêmica
LEP	Lei de Execução Penal
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MEDLINE	Medical Literature Analysis and Retrieval System Online
PNAISP	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional
PNDHS	Planos Nacionais de Direitos Humanos
PNSSP	Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário
PPL	Pessoa Privada de Liberdade
SUS	Sistema Único de Saúde
RAS	Rede de Atenção à Saúde
SCIELO	Scientific Eletronic Library Online
UNILEÃO	Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	9
2.1 OBJETIVO GERAL.....	9
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	9
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	10
3.1 DIRETO À SAÚDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE .....	10
3.2 VULNERABILIDADE DAS MULHERES EM CÁRCERE PRIVADO .....	11
3.3 CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS APENADOS EM UNIDADE PENITENCIÁRIA.....	12
3.4 PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM UNIDADE PENITENCIÁRIA .....	13
<b>4 MÉTODOS</b> .....	15
4.1 TIPO DE PESQUISA.....	15
4.2 CENÁRIO DA PESQUISA .....	15
4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM .....	15
4.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS .....	16
4.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....	16
4.6 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA PESQUISA.....	16
<b>5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	17
5.1 ESTUDOS SOBRE UTILIZAÇÃO DE PSICOTRÓPICOS .....	21
5.2 ACOMETIMENTO DA SAÚDE MENTAL NA POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA.....	22
5.3 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À MULHER PRIVADA DE LIBERDADE.....	23
<b>6 CONCLUSÃO</b> .....	25
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	26
<b>APÊNDICES</b> .....	29
<b>APÊNDICE A – Fichamento</b> .....	30

## 1 INTRODUÇÃO

Define-se doença mental como comportamento evidenciado através de respostas que comprovam a não adaptação do indivíduo a determinada situação, seja ela advinda de fator externo ou interno, ratificadas pelos sentimentos, condutas e ideias impróprias às regras e normas, que interferem diretamente no desempenho de suas funções na sociedade (TOWNSEND, 2017).

Há características e práticas comportamentais em indivíduo detentor de saúde mental. Tais critérios, identificam um ser em plena vitalidade do seu intelecto, como a relação social e emocional, a independência e determinação, a capacidade de identificação da realidade na qual está incluso, o controle do ambiente e das responsabilidades inerentes a si mesmo e as atitudes voltadas a si próprio (STUART; LARAIA, 2002).

No início da era cristã, 1 a 1000 d. C., acreditava-se que certas condutas de pessoas acometidas por doenças mentais, eram manifestações demoníacas, sendo, portanto, cabível a essas a exclusão da sociedade e até morte. Na década de 1790, construiu-se locais intitulados de asilos, promovendo um lugar para proteção e segurança aos doentes mentais, dando início a elucidação em relação a estes sujeitos. Nos anos a seguir, houve evolução nessa área da saúde, ocorrendo em 1950 desenvolvimento de fármacos psicotrópicos e em 1963, mediante aprovação da lei que determinou a criação dos Centros de Saúde Mental Comunitários, o ponto de partida para a desinstitucionalização (VIDEBECK, 2012).

O sistema prisional trata-se de uma forma punitiva estabelecida, com a alteração dos castigos aplicados em praça pública. Acredita-se que, nessa maneira de punição, o apenado é afetado por alterações psicoemocionais. O aprisionamento é sinalizado pelos meios literários como um dos meios responsáveis pelos danos à saúde mental (FIGUEIRO; DIMENSTEIN; MEDEIROS, 2015).

A situação apresentada pelas prisões brasileiras, nos mais diversos âmbitos, produz danos à saúde do apenado, acarretando enfermidades. Pesquisas comprovam que fatores como ociosidade, superlotação, estrutura física precária, número de profissionais inferior à necessidade, agem como potencializadores de variadas enfermidades. Apurações indicam que presidiários estão dentre as taxas mais elevadas de doenças mentais, quanto se compara com a população geral (CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016).

Nos Estados Unidos, pesquisa aponta números comprovativos da gravidade de doença mental entre prisioneiros, na qual mais de 50% do total de detentos, apresentou transtorno

mental. Evidenciou ainda a prevalência nas mulheres presas, com taxas superiores aos homens, sinalizando diferença de gênero (CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016).

De acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em 2016 a população prisional feminina no Brasil totalizava 42.355 mulheres. Em comparativo dos anos de 2000 a 2016, houve um aumento de 656% de mulheres privadas de liberdade, enquanto para o público masculino, essa taxa de crescimento atingiu 293% (BRASIL, 2018).

O aprisionamento acarreta diretamente danos ao detento, resultando no consumo de psicotrópicos, iniciando a terapia concomitantemente ou logo após a detenção.

Medicações psicotrópicas são substâncias que atuam sobre a função psicológica e alteram o estado mental, com ações antidepressiva, alucinógena e/ou tranquilizante. O uso de psicotrópicos, especialmente os antidepressivos, tem aumentado notadamente, haja vista melhora nos diagnósticos de transtornos psiquiátricos (PRADO; FRANCISCO, BARROS, 2017).

A escolha do tema surgiu com o intuito de tornar conhecido a realidade que envolve tais indivíduos, objetivando compilar informações atualizadas das diversas fontes pesquisadas, disponibilizando dados que contribuam para assistência de saúde de qualidade.

O artigo 6º da Constituição Federal, estabelece os direitos sociais, dentre os quais a saúde está inclusa. Ciente de que não há restrição de público para execução desse direito, compreende-se que a população privada de liberdade deve usufruir de assistência qualificada de acordo com suas necessidades. A revisão literária assume posição de relevância dado o fato de que o tema envolve mulheres reclusas vivendo em um ambiente com acesso controlado e informações restritas, reféns do estigma da sociedade, que indis põem de voz ativa que seja audível e atinja todos os públicos, sendo portanto dependentes de profissionais que os assessorem e atendam suas necessidades.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

- Analisar produção científica concernente ao uso de psicotrópicos por presidiárias.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar nos estudos a utilização de medicamentos psicotrópicos;
- Investigar o acometimento da saúde mental na população carcerária feminina
- Averiguar a assistência de enfermagem na saúde mental da mulher privada de liberdade

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 DIRETO À SAÚDE DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

As condições precárias do sistema penitenciários no Brasil são conhecidas, apresentando deficiências como superlotação, condições sanitárias rudimentares, ausência ou número reduzido de profissionais para assistência médica, profissional e jurídica. Tem-se ainda violência entre os apenados que somado aos demais fatores ora existentes, acresce risco para à saúde dos indivíduos sob reclusão (MARTINS, *et al.*, 2014).

A Constituição Federal de 1988 no artigo 196 afirma que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”. Dessa forma, compreende-se a obrigatoriedade de assistência à saúde das pessoas privadas de liberdade, garantindo acesso integral e efetivo.

A normatização do direito à saúde para esta população ocorreu pela Lei de Execução Penal (LEP) n 7.210, de 11 de julho de 1984, que dispõe sobre as condições para cumprimento da pena e maneiras para integração social do internado e do condenado. Determina ainda que para cuidados à saúde do preso, em caráter preventivo e curativo, a assistência compreenderá atendimento médico, odontológico e farmacêutico. Assegura para os casos nos quais a estrutura física, disponibilidade de materiais ou profissional adequado for insuficiente, o indivíduo será direcionado para outro estabelecimento, sob autorização da direção do estabelecimento penal, a fim de prover assistência necessária (BRASIL, 1984).

O Ministério da Saúde em conjunto com o Ministério da Justiça elaborou o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), afirmando que a promoção da saúde à população carcerária é uma missão dos profissionais de saúde em conjunto com os cidadãos que acreditam em uma sociedade sem excluídos. Visando a eficácia das ações executadas, foi elaborada sob princípios básicos, sendo a ética, justiça, cidadania, direitos humanos, participação, equidade, qualidade e transparência (BRASIL, 2004).

A PNSSP possui como diretrizes estratégicas: contribuir para redução e/ou controle dos agravos mais recorrentes que acometam a população penitenciária; prestar assistência integral, resolutiva, contínua, e de qualidade; definir e implementar ações e serviços de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS); provocar o reconhecimento da saúde como direito da cidadania; incentivar o efetivo exercício do controle social (BRASIL, 2004).

Em 2 de janeiro de 2014, por meio da portaria interministerial nº 1, é instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do SUS. Estabelece como objetivo geral garantir o acesso das

pessoas privadas de liberdade no sistema prisional ao cuidado integral no SUS (BRASIL, 2014).

Os planos e políticas instituídos pelo governo, requerem adesão formal dos municípios e estados, para a partir da formalização e aprovação, perfazerem-se qualificados. Para execução desses planos, os gestores em saúde são convidados a planejar suas ações e medidas, agregando parceiros e atuando por meio de estratégias que visem alcançar os objetivos propostos nas políticas. Um dos pontos previstos na política, é a providência de uma equipe de saúde (enfermeiro, dentista, psicólogo, médico, assistente social, técnico de enfermagem e de saúde bucal) em unidade com população com mais de 100 detentos, sendo uma a cada 500 presos. No entanto, um dos fatores questionados pelos responsáveis pela aplicabilidade, é o quesito superlotação, o que desencadeia outra problemática, a sobrecarga sobre os profissionais prestadores do serviço. Entretanto, pontua-se não apenas dificuldades operacionais do PNSSP, mas aponta o plano como forma de avanço na atenção ao público privado de liberdade, desafiando os administradores a empenharem-se na melhoria e crescimento constante, vencendo as adversidades, promovendo atenção às necessidades de saúde (BARSAGLINI; KEHRIG; ARRUDA, 2015).

### 3.2 VULNERABILIDADE DAS MULHERES EM CÁRCERE PRIVADO

De maneira histórica, a mulher assume o papel e/ou é cobrada por este, de responsabilidade conjugal e materna, sendo portanto cobrada pela manutenção do lar, execução de tarefas domésticas, criação dos filhos, e acrescido a essas obrigações impostas direta ou indiretamente, agrega-se situação de viver sob a dominação do companheiro. Apesar da evolução com o passar dos anos, na qual a mulher tem ocupado e realizado tarefas anteriormente exclusivas masculinas, ainda é possível identificar e vivenciar a desigualdade na ótica do gênero. Diante das condições adversativas, depara-se com o enfrentamento do público feminino, perfazendo um fator contributivo para a disposição de conduta criminosa (GUSMÃO, *et. al.*, 2018).

O perfil da mulher privada de liberdade em geral é não branca, com filhos, baixa escolaridade, jovem, solteira, proveniente de classe econômica de baixo nível e apresentando situação prévia de vulnerabilidade. No país de desenvolvimento desta pesquisa, o Brasil, o motivos de destaque que regem o aprisionamento, estão os conflitos nas relações íntimo-afetivas, o desemprego e a falta de acesso a profissionalização. Ressalta-se ainda os

relacionamentos com parceiros envolvidos com o tráfico, numa possível sustentação da dependência química, contribuindo portanto para a sua fragilidade. Decorrente do encarceramento, ocorre o afastamento familiar, diferente da população carcerária masculina, no contexto feminino, as pessoas de convívio próximo promovem o abandono, no que diz respeito a visita do companheiro, dos familiares, ou de amigos. Isso conduz a apenada à solidão apresentando sintomas de desamparo (GUSMÃO, *et. al.*, 2018).

Nesse ínterim, julga-se necessário uma visão direta e humanística para a singularidade do público feminino, atuando efetivamente para minimizar danos gerados tanto anterior ao aprisionamento, quanto a partir deste. É requerido atenção no mundo externo as paredes do sistema carcerário, atuando para minar os valores e ideais que subjulgam a mulher, restringindo e diminuindo seu papel na sociedade, os quais já prejudicam o bem estar, atingindo diretamente a saúde psicoemocional. Diligenciar ações voltadas à aplicabilidade das políticas públicas ora criadas para o público feminino, respaldando os direitos de cada indivíduo. E por fim, no entanto não menos importante, a atuação e assistência após a soltura, visando a ressocialização destas mulheres, fornecendo suporte no retorno para o âmbito familiar, garantindo condições para exercerem atividade laboral e com isso, aos poucos, subsidiar meios para conquistarem seu espaço na sociedade, não vivendo como marginalizadas (PEDRAZZI, 2018).

### 3.3 CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS APENADOS EM UNIDADE PENITENCIÁRIA

A população carcerária integra um segmento social que carece de olhar atento e direcionado do grupo responsável às suas necessidades no que tange as questões de saúde. Podemos citar como partes componentes desse meio, as esferas governamentais, federal, estadual e municipal, os gestores de cada unidade e os funcionários ali atuantes e os profissionais de saúde. Muitas das pessoas privadas de liberdade, anteriormente a detenção, encontrava-se à margem da sociedade, vida profissional estagnada ou ausente, perfil educacional fragilizado e/ou incompleto, sem acesso a oportunidades dignas, que associado ao contexto que vivenciam, respalda-se a vulnerabilidade desse público (AGUIAR; VARÃO; AGUIAR, 2011).

Pesquisa para mapear o consumo de medicação psicotrópica realizada em uma unidade do estado do Rio Grande do Norte, apresentou que 18,47% das detentas fazem uso de psicotrópico, na qual mais da metade passaram a utilizar após a entrada na prisão. Duas categorias encontradas são os ansiolíticos e os antidepressivos, que por sua vez perfazem

quase a totalidade dos medicamentos usados nessa instituição. Os dados proporcionados pela pesquisa acompanham os apresentados a nível das unidades federais, no que diz respeito ao consumo ocorrer em sua maior porcentagem após detenção (FIGUEIRÓ; DIMENSTEIN; ALVES, 2015).

O estudo do perfil epidemiológico em um presídio na Bahia, apontou que aproximadamente 70% dos internos possuíam ou suspeitavam de enfermidade. Das doenças identificadas, estão as gastrintestinais, parasitoses, pneumonia, anemia, hanseníase, cardiopatia, amidalite, dislipidemia, rinite alérgica, sinusite, infecção urinária, reumatismo, hepatite e leishmaniose. Os transtornos mentais e psiquiátricos registram 12,7%. Sinaliza-se ainda a presença de portadores de Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), Diabetes Mellitus, HIV e Tuberculose (CONSTANTINO; ASSIS; PINTO, 2016).

Dados mais aproximados de nossa realidade, em um estabelecimento do Ceará, mostram que os apenados apresentam as mais variadas doenças no interior das prisões, sendo as mais recorrentes, as do aparelho respiratório. No aspecto dos psicotrópicos, há vários motivos que conduzem um indivíduo para o uso, como o crescimento dos transtornos mentais, em destaque a esquizofrenia, a assistência de saúde no contexto prisional, e o fator encarceramento, um ambiente fechado, controlado e restrito. O levantamento dos dados registra os antipsicóticos como a classe mais prescrita, seguida dos ansiolíticos, antiparkinsonianos, antipilépticos, antidepressivos e os modificadores de humor. Mediante o elevado número de pessoas sob consumo de medicamentos psicotrópicos, fundamenta-se a importância do controle no uso dessas substâncias (ALMEIDA; SOARES; COURA, 2018).

### 3.4 PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM UNIDADE PENITENCIÁRIA

Com o intuito de garantir o acesso da população carcerária à saúde integral pelo SUS, a PNAISP orienta que os serviços de saúde no sistema prisional sejam pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde (RAS) no SUS. Norteia ainda a capacitação das equipes da Atenção Básica, habilitando-as para atendimento qualificado e articulado entre os profissionais, realizando o acolhimento na unidade prisional ou na unidade básica de vinculação (BRASIL, 2014).

O quantitativo e perfil dos prisioneiros condicionam o tipo da Equipe de Atenção Básica Prisional (EABP) a serem estabelecidas, bem como o regime laboral destas. Existem cinco modalidades de EABP, sendo Tipo I composta por cinco profissionais das mesmas categorias da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Tipo I com Saúde Mental acrescido de

um psiquiatra ou médico especialista em saúde mental, além de mais dois profissionais dentre as seguintes categorias: terapeuta ocupacional, enfermeiro, farmacêutico, fisioterapeuta, assistente social ou psicólogo. Há ainda o Tipo II e Tipo II com Saúde Mental, contando com 8 profissionais, dos quais cinco são semelhantes os que constam na ESF, somando mais três profissionais escolhidos dentre os citados anteriormente, e na variante saúde mental, o nutricionista. E por fim, o tipo III que conta com onze profissionais, consistindo em cinco dos mesmos da ESF, acrescidos as categorias da modalidade II com saúde mental. A carga horária semanal compreende: Tipo I - 6 horas; Tipo II – 20 horas e Tipo III – 30 horas (BRASIL, 2014)

É fundamental a presença do enfermeiro no serviço de saúde, não se resumindo apenas no atendimento durante uma consulta, mas agregando ações educativas em saúde, articulando-se com outros profissionais, visando completude no acolhimento. Voltando-se para o público feminino, além das consultas pode ser realizado intramuros de uma unidade prisional, exames de mamas, coleta citopatológica, acompanhamento pré-natal e puericultura. Conhecendo os direitos do cidadão e a complexidade orgânica da mulher, as ações são direcionadas de modo a minimizar os agravos e garantir promoção à saúde (SOUZA; CABRAL; SALGUEIRO, 2018).

## 4 MÉTODOS

### 4.1 TIPO DE PESQUISA

A referida pesquisa trata-se de uma revisão integrativa que procurou analisar a produção científica pertinente à saúde mental nas instituições carcerárias femininas.

A revisão integrativa compreende a construção analítica a respeito do tema escolhido, propiciando ao pesquisador o aprofundamento do conhecimento, obtido através de averiguação rigorosa de estudos anteriores. A variabilidade dos tipos de pesquisas, presenteia o investigador com informações de antemão tidas por complexas, mas que no entanto, usando-as com dedicada atenção, perfazem o aparato para compreensão abrangente, fomentando rica conclusão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

### 4.2 CENÁRIO DA PESQUISA

Utilizou-se as bases de dados MEDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), BDENF – Enfermagem (Base de Dados de Enfermagem) e Index Psicologia – Periódicos Técnicos-Científicos, através do Portal Regional da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), e nos diretórios da revista SciELO (Scientific Electronic Library Online). Para busca, foi utilizado operador booleano AND, tendo como descritores utilizados para seleção da amostra: saúde, mulheres e prisões, realizada no mês de novembro de 2019.

### 4.3 POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM

A população estudada foram 169 arquivos, consistindo em: artigos, monografias, documentos de projeto, teses e recursos educacionais abertos. Os critérios de inclusão foram: produções científicas completas e disponíveis gratuitamente, constituídas nos idiomas português, inglês e espanhol, que possuíam como tema central saúde mental nas instituições prisionais femininas.

Nessa perspectiva, após sujeição aos critérios de elegibilidade citados anteriormente, e leitura dos títulos, bem como exclusão das duplicidades, obtiveram-se 19 artigos. Por

consequente, com a leitura dos artigos correspondentes, selecionou-se 10 artigos, publicados entre os anos de 2014 a 2018.

#### 4.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Como ferramenta para coleta dos dados, foi utilizado o fichamento (Apêndice A), o qual é útil para organização e seleção das informações colhidas, dispendo-as em Autor/Ano, Título, Objetivo, Método e Conclusão.

#### 4.5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados com a finalidade de identificar nos estudos a utilização de medicamentos psicotrópicos, investigar o acometimento da saúde mental na população carcerária feminina e averiguar a assistência de enfermagem na saúde mental da mulher privada de liberdade, relatado nas pesquisas.

#### 4.6 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS DA PESQUISA

No que tange os aspectos éticos e legais, o presente estudo não foi submetido ao CEP (Comitê de Ética e Pesquisa), uma vez que o tipo de estudo, revisão integrativa, não tipifica o perfil exigido pela resolução nº 466/2012. No entanto, toda literatura utilizada para obtenção dos elementos que compõem a presente pesquisa, foi seguramente citada e referenciada.

## 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Buscando contemplar os objetivos outrora propostos, foram formulados tópicos que visam elucidar o que os estudos apresentam sobre a utilização de medicamentos psicotrópicos, sinalizam a respeito do acometimento da saúde mental na população carcerária feminina e informa sobre assistência de enfermagem à mulher privada de liberdade. Os artigos selecionados para revisão integrativa estão dispostos no Quadro 1.

Quadro 1: Artigos selecionados para revisão integrativa de literatura

Nº	AUTOR/ ANO	TÍTULO	OBJETIVO	MÉTODO	CONCLUSÃO
1	Martins, et. al., 2014	O contraditório direito à saúde de pessoas em privação de liberdade: o caso de uma unidade prisional de Minas Gerais	Analisar a efetivação do direito à saúde das pessoas em privação de liberdade, por meio de grupos focais realizados com três grupos focais com sujeitos envolvidos no contexto carcerário: pessoas presas, agentes penitenciários e profissionais de saúde de uma unidade prisional masculina em Ribeirão das Neves (MG).	Discussões foram gravadas, transcritas e submetidas a análise de discurso.	O direito à saúde, compreendido como acesso integral a serviços de saúde de qualidade, é questionado enquanto fenômeno real, uma vez que, estando os serviços públicos sucateados, esse acesso está restrito a quem pode pagar. O descaso do Estado em relação ao direito à saúde das pessoas presas é justificado pela função disciplinar da prisão. As precárias condições de trabalho e o julgamento moral sobre a conduta do preso indicam uma recusa em reconhecer a legitimidade de seu direito à saúde. Ainda que as leis brasileiras afirmem saúde como direito de todos e dever do Estado, constata-se a não realização desse direito tanto para as pessoas presas como para os profissionais que atuam no presídio.
2	Almeida, et. al., 2015	Condição de saúde de mulheres privadas de	Verificar como a temática referente à condição de saúde	Revisão integrativa sobre a condição de saúde de mulheres	A abordagem da saúde da mulher em situação de cárcere

		liberdade: uma revisão integrativa	da mulher em situação de privação de liberdade vem sendo abordada nos últimos 5 anos.	privadas de liberdade nos últimos 5 anos, com base em protocolo básico com três etapas realizadas por dois pesquisadores e um avaliador. A busca se deu nas bases de dados Scielo, PubMed e LILACS. O aprofundamento analítico dos artigos se deu a partir da localização de todos os estudos na íntegra.	apresenta resultados semelhantes nos estudos, identificando um cenário de mulheres que são mais acometidas por agravos à saúde do que a população feminina geral, além de terem poucas condições de acesso aos cuidados de saúde, muitas vezes prestados indevidamente. Os agravos da saúde mental são evidentes. As condições biopsicossociais préencarceramento são relevantes na situação de saúde geral das detentas.
3	Barsaglini, et. al., 2015	Análise da percepção de gestores sobre a gestão da política de saúde penitenciária em Mato Grosso, Brasil	Analisar a percepção de gestores sobre a gestão da política de saúde no Sistema Prisional de Mato Grosso, enfocando suas características, os entraves e pontos positivos.	Entrevistas semiestruturadas com gestores das duas secretarias e consulta a documentos oficiais de livre acesso, tratados pela análise temática.	O contexto prisional imprime peculiaridades à assistência que se refletem na gestão, pois ora empreendem-se adequações frente ao diferente mobilizando o princípio da equidade, ora o compromete colocando os gestores diante de dilemas entre o cuidado necessário e o possível.
4	Figueiró, et. al., 2015	Consumo de Medicação Psicotrópica em uma Prisão Feminina	Mapear o uso de medicação psicotrópica em uma prisão feminina identificando os fatores associados ao uso dessas substâncias no contexto prisional.	Questionário em 92 das 110 mulheres reclusas.	O cotidiano da prisão, a dificuldade de assistência médico-psiquiátrica e a ausência de visitas/contato com a família são elementos centrais para compreender o uso de medicação psicotrópica pelas detentas. Por fim, ressalta-se a importância da atuação e construção de uma psicologia política de caráter

					interdisciplinar e a serviço de uma sociedade mais justa.
5	Alves, et. al., 2016	Condições de vida e de saúde de mulheres em uma unidade prisional feminina	Investigar as condições de vida e de saúde de mulheres em uma unidade prisional	Estudo epidemiológico transversal, exploratório-descritivo, com abordagem quantitativa. A amostra foi composta por 37 mulheres que se encontravam em regime de privação no Presídio Feminino Regional de Patos/PB. A coleta de dados foi por meio de entrevista no período de agosto a setembro de 2011, tabulados em planilha do Programa Excel for Windows. Em seguida, para as análises, foi utilizado o pacote estatístico SPSS Inc. versão 18.0 para proceder às análises descritivas.	O estudo revelou existência de inúmeros problemas afetando as condições de vida, acesso e direitos à saúde da população carcerária feminina.
6	Constantino, et. al., 2016	O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil	Analisar as condições de saúde mental dos presos e custodiados do estado do Rio de Janeiro e sua relação com o aprisionamento, através da análise de escala de depressão e do Inventário de Sintomas de Estresse.	Os dados são oriundos de estudo seccional de autoavaliação das condições de saúde referidas pela população carcerária do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2013. Foram aferidas as condições de saúde, os hábitos de vida e o uso de serviços de saúde e qualidade de vida dos detentos por meio de um questionário anônimo e autopreenchível, aplicados de forma coletiva por uma equipe de pesquisadores treinados.	A pesquisa indicou a necessidade de um maior investimento no sistema prisional, no sentido de ampliar e qualificar os serviços de saúde mental, com o intuito de fornecer à população carcerária um tratamento adequado, com especial ênfase ao atendimento à mulher encarcerada. A produção e o agravamento de problemas de saúde física e mental sem o devido acompanhamento é mais um dos direitos do público recluso que são violados. Faz-se urgente refletir que

					o único direito que o preso deve perder ao ser condenado é o da liberdade, todos os demais devem estar assegurados. Infelizmente não é essa a realidade do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.
7	Dalmaso, et. al., 2017	Circulação e consumo de drogas em uma penitenciária feminina: percepções de uma equipe de saúde prisional	Analisar a percepção de uma equipe de saúde prisional quanto à circulação e ao consumo de drogas feitos por mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária. Para	Entrevista com os integrantes da equipe de saúde e observação do cotidiano de trabalho desta equipe.	As diferentes posturas adotadas pelos profissionais (de combate, tolerância e/ou incentivo ao uso dessas substâncias) decorre, entre outros fatores, do estatuto legal atribuído a elas: lícitas ou ilícitas.
8	Santos, et. al., 2017	Saúde mental de mulheres encarceradas em um presídio do Estado do rio de janeiro	Identificar os fatores relacionados à saúde mental de mulheres em um presídio do Estado do Rio de Janeiro.	Estudo descritivo, exploratório, qualitativo, realizado entre outubro de 2014 e janeiro de 2015 numa penitenciária feminina do Estado do Rio de Janeiro. Foram entrevistadas 40 mulheres privadas de liberdade. As informações coletadas foram discutidas com base na análise de conteúdo, modalidade temática.	Destaca-se a necessidade de haver uma equipe multiprofissional em saúde mental dentro do sistema prisional que atenda as necessidades dessa população, e assegurando a aplicabilidade da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde no Sistema Prisional, reforçando o diálogo com as Políticas de Humanização e Promoção da Saúde, com vistas à realização de cuidados que contribuam para a atenção integral da saúde das mulheres encarceradas.
9	Graça, et. al., 2018	Dificuldades das mulheres privadas de liberdade no acesso aos serviços de saúde	Conhecer como se dá o acesso aos serviços de saúde pelas reeducandas de uma cadeia pública	Pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa, desenvolvida na cadeia pública feminina de um município da região Médio-norte de Mato Grosso, Brasil,	A dificuldade no acesso expressa as iniquidades a que essa população está exposta, limitando as ações de promoção e prevenção, tornando o acesso restrito ao atendimento de

				junto a 15 mulheres privadas de liberdade. A coleta de dados ocorreu no mês de outubro de 2016, através de entrevista semiestruturada em que as falas foram gravadas e, posteriormente, transcritas para análise de conteúdo na modalidade Análise Temática.	doenças e agravos em fase grave e aguda, em que a atenção é voltada exclusivamente para assistência.
10	Souza, et. al., 2018	Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa	Analisar na literatura, as ações de Educação e Promoção à Saúde da Mulher praticada pela enfermagem, para mulheres privadas de liberdade, com ênfase na fase reprodutiva, no período de pré-natal, parto e puerpério	Revisão integrativa da literatura, tendo sido utilizados 18 artigos publicados nas bases SciELO e LILACS, publicados entre os anos de 2012 e 2017	A vulnerabilidade biopsicossocial das mulheres é potencializada na situação prisional, maximizando os déficits de ações em saúde, sendo o papel da enfermagem importante no que tange às atribuições da profissão, garantindo os direitos dessa população.

**Fonte:** Pesquisa direta, 2019

## 5.1 ESTUDOS SOBRE UTILIZAÇÃO DE PSICOTRÓPICOS

A análise literária permitiu identificar que o consumo de psicotrópicos é realidade em todas as unidades federais, tendo como a classe mais pertinente os ansiolíticos, que em geral tem início do uso após a detenção.

Há alto percentil no quantitativo de prisioneiras que são consumidores de medicações psicotrópicas. Nos presídios de Brasília e Goiás, 37% e 26% são os números apresentados, respectivamente. Na Noruega 23% das pessoas privadas de liberdade (PPL) recebem algum tipo de tratamento psiquiátrico. Na Espanha, em uma de suas prisões, há um número expressivo de 28% quando se compara com o restante da população em geral, 7% (FIGUEIRO; DIMENSTEIN; MEDEIROS, 2015).

Em uma unidade do Rio Grande do Sul, foi observado consumo exacerbado das medicações psicotrópicas, na qual cerca de 70% das prisioneiras fazem uso desse tipo de substância. Isso respalda os envolvidos na gestão, na prestação do cuidado em demandar maior atenção no acompanhamento e controle da prescrição/utilização. Foi possível observar,

que o medicamento é usado em sua maioria como forma de apoiar-se e esse exercer o papel de suporte para o enfrentamento do aprisionamento e suas consequências. (DALMASO; MEYER, 2017).

O recurso de medicamentos psicotrópicos não é usado apenas pelas PPL, mas ainda pelos profissionais, que geralmente é o único tratamento disponível e de mais fácil acesso. Existe, de maneira clara e concisa, por parte da sociedade como um todo, incluindo autoridades de segurança e poderes punitivos, a criminalização e repressão para o consumo de drogas ilícitas, indo de encontro com a fácil disseminação no uso das drogas lícitas, referindo-se aos psicofármacos nesse momento, para os quais não tem apenas a permissibilidade, mas também a prescrição deliberada e disponibilização pela própria equipe de saúde (DALMASO; MEYER, 2017).

O desejo pelo distanciamento da realidade estimula a procura pelos psicotrópicos, ansiando permutar horas do dia com o sono, desligando-se do mundo no qual se encontra. Isso fomenta um consumo desordenado, por muitas vezes sem aparato médico. Outra justificativa sinalizada pelas usuárias é a tentativa de manter-se longe de possíveis confusões, apresentando letargia, permanecendo calmas, evitando envolvimento com problemas (SANTOS, *et. al.*, 2017).

Mediante as informações apresentadas, identifica-se um alto índice no uso de drogas psicoativas, muitas vezes superior a porcentagem apresentada pela população em geral, afirmando que a doença mental é uma realidade pertinente no sistema carcerário, conduzindo usuários para o consumo.

Pensando a respeito do isolamento característico de um sistema de detenção, conduz-se para reflexão de atenção qualificada e crítica para mulheres, compreendendo que o uso exacerbado, descontrolado, sem acompanhamento eficiente de um profissional da área de saúde, pode levar o usuário outras morbidades associadas. Concatena-se sobre a opção de utilização de outra terapia associada a medicação, visando tratamento completo.

## 5.2 ACOMETIMENTO DA SAÚDE MENTAL NA POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA

Almeida *et. al.* (2015) afirmam que “doenças mentais são as mais frequentemente relatadas nos estudos que tratam da saúde da mulher encarcerada”. Corroborando com a afirmação anterior, numa pesquisa realizada em unidade penitenciária feminina de Porto

Alegre, foi observado que mais da metade das participantes demonstravam sintomas graves de quadro depressivo (ALVES, *et. al.*, 2016).

No País de Gales e na Inglaterra, segundo Bergh *et. al.* (2009) “observou-se que 90% das mulheres prisioneiras tem um diagnóstico de transtorno mental”. Algumas mulheres adentram a reclusão acometidas por doença mental, enquanto outras, adquirem como resultado do encarceramento, apontando ainda que as mulheres que já sofriam de problemas de saúde mental, podiam piorar com a detenção. Fatores citados como possíveis molas propulsoras para culminar nessa piora, são o estresse, medo, separação do convívio familiar, preocupações sobre sua saúde física, mau tratamento dos profissionais de saúde e agentes penitenciários, e saúde mental reduzida com inadequada assistência. Prisioneiras com histórico traumáticos, como abuso físico e sexual e abuso de substâncias, apresentaram alterações psicoemocionais, tendo a depressão como o acometimento mais recorrente, e associado a depressão, altos níveis de ansiedade (MIGNON, 2016).

Comumente observa-se pessoas com problemas de depressão com sentimento de tristeza profunda, de vazio extremo, ou ainda uma situação mais grave de acordo com a afirmação de Porto (1999) “perda da capacidade de experimentar prazer nas atividades em geral”. A depressão apontada como o transtorno mais comum, serve de alerta para profissionais de saúde, assistentes sociais, gestores do poder público vinculados à economia.

### 5.3 ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À MULHER PRIVADA DE LIBERDADE

A atuação do profissional de enfermagem é de enorme relevância para os serviços de saúde em presídios, uma vez que posiciona-se em diversas esferas, a assistência, a gestão, a coordenação, planejamento de ações e execução das mesmas. A prestação do serviço adapta-se às circunstâncias as quais se está sujeito, requerendo desdobramentos para atingir um patamar adequado na assistência. Entretanto, as condições de saúde ofertadas as detentas são assustadoras, uma vez que o quantitativo de pessoas à procura do serviço é superior à oferta disponível, haja vista crescimento da população em cárcere nos últimos anos, principalmente o público feminino. Acrescido ao aumento, há a indisponibilidade de espaço adequado para atendimento eficaz, comprometendo desta forma o atendimento do profissional (SOUZA; CABRAL; SALGUEIRO, 2018).

Pesquisa realizada em uma penitenciária do Mato Grosso, usuárias do serviço apontam os enfermeiros (as) apenas como ponte mediadora entre elas e o atendimento com o

profissional médico, auxiliando-as com escuta dos problemas que solicitam atendimento. Contudo, acrescentam que mesmo tendo esse suporte, a demanda imposta por elas não consegue ser contemplada a gosto pela equipe de enfermagem. Em todos os discursos, as detentas indicaram que o principal responsável pelo cuidado na saúde intra-cárcere é o enfermeiro (a), nos quais foi possível identificar que devido as dificuldades de quantitativo de insumos materiais, estruturais, financeiros, e de pessoal, não conseguem garantir a prevenção e promoção da saúde (GRAÇA, *et. al.*, 2018).

Para exercer a profissão com plenitude, o profissional enfrenta demasiadas barreiras operacionais e assistenciais. Entende-se que nos variados âmbitos trabalhistas em que a enfermagem pode atuar, há adversidades, que podem ser semelhantes entre si. Unidade hospitalar e unidade básica de saúde podem enfrentar dificuldades com insumos por exemplo, o eu também pode ocorrer dentro de uma unidade prisional. Porém, além de características afins entre os campos de trabalho, há o diferencial para o sistema carcerário, a segurança. Dia após dia inserido em um local de acesso controlado, exigindo equilíbrio emocional e disposição mental saudável para enfrentar o dia a dia.

## 6 CONCLUSÃO

A utilização de medicamentos psicotrópicos em situações de cárcere pode ser constituída justamente pelo fator aprisionamento. A dispensação desordenada e descontrolada pelos profissionais de saúde, o percentual de usuárias, o consumo massivo e conseqüente dependência da droga em uso, a reduzida assistência de profissionais qualificados, associado aos fatores agregados, tais como distanciamento da família, estresse, medo, e depressão em si, constroem o cenário de pessoas privadas de liberdade condicionadas apenas a uso de medicamentos sem quaisquer outras terapias associadas ou avaliação periódica do quadro de saúde.

Diante do compromisso com a saúde, com a ética profissional, infere-se a necessidade do envolvimento de uma equipe multiprofissional, em conjunto com os gestores locais, e governo das três esferas, municipais, estaduais e federais para controle adequado no consumo de fármacos, cientes de que se trata de drogas, mesmo sendo lícitas, portanto requerem cautela e vigilância na dispensação e consumo.

Ciente dos diferentes profissionais existentes em uma unidade prisional, propõe-se que haja engajamento de cada subgrupo, visando tornar-se nesse momento uma equipe apenas, com predisposição a produzir ideias e ações voltadas a fazer com que o cumprimento da pena não se resuma a punição aplicada, no qual o indivíduo use apenas a identidade de prisioneiro, mas vista também a identidade de reeducando, convergindo para a ressocialização, viabilizando sua vida extra muro prisão. Observa-se ainda a relevância que as políticas públicas tiveram no decorrer dos anos em nosso sistema de reclusão, no entanto, baseando-se nos estudos, nota-se a necessidade de fiscalização rigorosa para efetivação e alcance dos objetivos.

E por fim, enquanto integrante da comunidade acadêmica, é conhecido o investimento pessoal em carreiras de aptidão nata, de prévia identificação. Talvez, dada a suas características, o sistema penal/carcerário não seja convidativo, não desperte interesse, porém é carente de atuação, de idealização, de representantes compromissados com os direitos do ser humano, portanto há a extrema e urgente necessidade de atenção tanto de discentes, no olhar mais amplo para as opções de futura atuação, quanto de docentes e gestores de nível superior, responsáveis diretos pela formação de profissionais, apresentando-lhes o leque de possibilidades e carência dessas.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Ricardo Saraiva; VARÃO, Almilane Sá; AGUIAR, Nicolay. Dificuldades de acesso aos serviços de saúde de uma população carcerária. **Rev. Enferm UFPE**. v. 5, n. 8, p. 1862-68, 2011. Disponível em <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/6871/6120>> Acesso em: 25 mai. 2019
- ALMEIDA, Allyane Peixoto de; LIMA, Renan Pereira de; MORAIS, Arlandia Cristina Lima Nobre de; Análise do uso de medicamentos psicotrópicos no sistema penitenciário do Estado do Ceará. **Cad. Ibero-Amer. Dir. Sanit.**, Brasília, v.7, n. 2, p. 82-94, 2018. Disponível em <<https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/484/539>> Acesso em 25 mai. 2019
- ALMEIDA, Patrícia Regina Cardoso de; SOARES, Renata de Souza Coelho; COURA, Alessandro Silva; CAVALCANTI, Alessandro Silva; DUTRA, Micheline Oliveira Machado; LIMA, Tomás Marques de Almeida. Condição de saúde de mulheres privadas de liberdade: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde.**, Paraíba, v. 19, n. 1, p. 73-80, 2015. Disponível em <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rbcs/article/view/23890>> Acesso em 21 Nov. 2019
- ALVES, Érica Surama Ribeiro César; DAVIM, Rejane Marie Barbosa; OLIVEIRA, Luciana Ferreira Monteiro e; RODRIGUES, Erta Soraya Ribeiro César; NÓBREGA, Mércia de França; TORQUATO, Jamili Anbar. Condições de vida e de saúde de mulheres em uma unidade prisional feminina. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, 10(3):958-68, mar., 2016. Disponível em <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/>> Acesso em 21 Nov. 2019
- BARSAGLINI, Reni Aparecida; KEHRIG, Ruth Terezinha; ARRUDA, Marcia Bomfim de. Análise da percepção de gestores sobre a gestão da política de saúde penitenciária em Mato Grosso, Brasil. **Saude soc.**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1119-1136, Dec. 2015. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902015000401119&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000401119&lng=en&nrm=iso)>. access on 22 Nov. 2019.
- BERGH, Brenda J van den; GATHERER, Alex; MOLLER, Lars F. Women's health in prison: urgent need for improvement in gender equity and social justice. **Bulletin of the World Health Organization**. V 87 (6): 406. Jun. 2009. Disponível em <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2686215/>> Acesso em 24 Nov. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 11 jul.1984.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN**. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**. Brasília – DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional**. Disponível em <<http://portalms.saude.gov.br/acoes-e-programas/pnaisp/politica-nacional-de-atencao-integral-a-saude-das-pessoas-privadas-de-liberdade-no-sistema-prisional>> Acesso em 22 nov. 2019.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 1, de 02 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 02 jan. 2014.

CONSTANTINO, Patricia; ASSIS, Simone Gonçalves de; PINTO, Liana Wernersbach. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 7, p. 2089-2100, jul. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000702089&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702089&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 22 nov. 2019.

DALMASO, Tatiana Fraga; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Circulação e consumo de drogas em uma penitenciária feminina: percepções de uma equipe de saúde prisional. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 115, p. 1156-1167, Dec. 2017. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042017000401156&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042017000401156&lng=en&nrm=iso)>. access on 22 Nov. 2019.

FIGUEIRO, Rafael de Albuquerque; DIMENSTEIN, Magda; ALVES, Delanno; MEDEIROS, Gerlândio. Consumo de medicação psicotrópica em uma prisão feminina. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v.15, n34, p. 531-546, dez. 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2015000300006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 22 nov. 2019.

GRAÇA, Bianca Ccarvalho da; MARIANO, Michele de Melo; GUSMÃO, Maria Aparecida de Jesus Xavier; CABRAL, Juliana Fernandes; NASCIMENTO, Vagner Ferreira do; GLERIANO, HATTORI, Thalise Yuri; TRETTEL, Ana Cláudia Pereira Terças. Dificuldades das mulheres privadas de liberdade no acesso aos serviços de saúde. *Rev Bras Promoç Saúde*, Fortaleza, 31(2): 1-9, abr./jun., 2018, Disponível em <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/7374>>. Acesso em 21 Nov. 2019.

GUSMÃO, Maria Aparecida de Jesus Xavier; TRETTEL, Ana Cláudia Pereira Terças; NASCIMENTO, Vagner Ferreira do; HATTORI, Thalise Yuri; BRESCOVIT, Luiz Eduardo; ATANAKA, Marina; LEMOS, Elba Regina Sampaio de. Dinâmicas sociais, familiares e vulnerabilidades de mulheres privadas de liberdade. **Saúde e Pesquisa**. Maringá, v. 12, n. 1, p. 159-168, Dec. 2018. Disponível em <<http://177.129.73.3/index.php/saudpesq/article/view/6791/3388>>. Acesso em 21 Nov. 2019.

MARTINS, Élide Lúcia Carvalho; MARTINS, Luciana Gomes; SILVEIRA, Andréa Maria; MELO, Elza machado de. O contraditório direito à saúde de pessoas em privação de liberdade: o caso de uma unidade prisional de Minas Gerais. **Saude soc**. São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1222-1234, Dec. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.hp?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902014000401222&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.hp?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000401222&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 22 Nov 2019.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 17, n. 4, p. 758-764, Dec. 2008 . Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso)>. access on 21 Nov. 2019.

MIGNON, Sylvia. Health issues of incarcerated women in the United States. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 7, p. 2051-2060, July 2016 . Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232016000702051&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702051&lng=en&nrm=iso)>. access on 24 Nov. 2019.

PEDRAZZI, Victória Salviano. **O cárcere brasileiro e a violência de gênero: o agravamento do estado de vulnerabilidade das mulheres**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em direito) – UNIJUI. Rio Grande do Sul, 2018.

PRADO, Maria Aparecida Medeiros Barros do; FRANCISCO, Priscila Maria S. Bergamo; BARROS, Marilisa Berti de Azevedo. Uso de medicamentos psicotrópicos em adultos e idosos residentes em Campinas, São Paulo: um estudo transversal de base populacional. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília , v. 26, n. 4, p. 747-758, Dec. 2017.

Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-96222017000400747&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222017000400747&lng=en&nrm=iso)>. access on 24 Nov. 2019.

SANTOS, Ana Luiza Gonçalves dos; FARIAS, Francisco Ramos de; PINTO, Diana de Souza. Por uma sociedade sem hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1215-1230, Dez. 2015. Disponível em

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702015000401215&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702015000401215&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 21 Nov. 2019.

SANTOS, Márcia Vieira dos; ALVES, Valdecyr Herdy; PEREIRA, Audrey Vidal; RODRIGUES, Diego Pereira; MARCHIORI, Giovanna Rosário Soanno; GUERRA, Juliana Vidal Vieira. SAÚDE MENTAL DE MULHERES ENCARCERADAS EM UM PRESÍDIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 26, n. 2, e5980015, 2017 . Available from

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072017000200314&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072017000200314&lng=en&nrm=iso)>. access on 22 Nov. 2019

SOUZA, Geovanna Camelo; CABRAL, Karina Dyanna Salvador; SALGUEIRO, Cláudia Daniele Barros Leite. Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa. **Arq. Cienc. Saúde UNIPAR**, Umuarama, v. 22, n. 1, p. 55-62, jan./abr. 2018. Disponível em

<<https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/6240>> Acesso em 22 Nov. 2019.

STUART, Gail Wiscarz; LARAIA, Michele Teresa. **Enfermagem Psiquiátrica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Ed., 2002.

TOWNSEND, Mary. **Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados na prática baseada em evidências**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

VIDEBECK, Sheila L. **Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Fichamento**

<b>Nº</b>	<b>AUTOR/ ANO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>MÉTODO</b>	<b>CONCLUSÃO</b>